

TRABALHO INFANTIL E DESEMPENHO ESCOLAR: ESTUDO LONGITUDINAL DOS NASCIDOS EM 1993, EM PELOTAS

BÖHM, Milene Wruch¹; DAMIANI, Magda Floriana²

¹ Bolsista de Iniciação Científica CNPq – FaE/UFPEl – milene_bohm@yahoo.com.br

² Bolsista de Produtividade CNPq – PPGE/FaE/UFPEl – magda@ufpel.tche.br

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar alguns dados que mostram a relação entre trabalho infantil e desempenho escolar, com base no Estudo Longitudinal das Crianças Nascidas em Pelotas em 1993, pesquisa que acompanha, desde o nascimento, o desenvolvimento de 5.249 sujeitos (99,7% dos nascidos nos hospitais da cidade).

No Brasil, o sistema educacional enfrenta o desafio de diminuir os altos índices de fracasso escolar. Muitos estudos, como os de Patto (1990), Soares (2006), Bossa (2002) e Damiani (2006), indicam que o insucesso é relacionado a múltiplos fatores, como os ligados ao próprio estudante, à família e à escola. Outros analisam a relação de sucesso ou fracasso com o trabalho infantil. Grande parte dos pesquisadores que estudam o tema aponta que o trabalho infantil é prejudicial à trajetória escolar. Entretanto, muitos argumentam que ele pode servir como proteção ao fracasso.

O fracasso escolar é uma das marcas de nosso sistema educacional. O Índice de Desempenho da Educação Básica do Brasil (IDEB), de 2009, nos anos iniciais do ensino fundamental, era de 4.6. Já a realidade em Pelotas, no mesmo período, era um tanto diferente: na 4ª série/5º ano na rede municipal de ensino o IDEB era de apenas 4.0. (4.2 na rede pública como um todo, sendo 4.4 na estadual). Por essa razão, o fracasso necessita ser pesquisado.

Partindo desses dados, que mostram os desafios postos para a educação básica, é essencial que o governo e a comunidade escolar tenham esclarecida a relação existente entre trabalho infantil e desempenho escolar, para compreenderem melhor a realidade educacional brasileira e, com isso, repensarem suas práticas visando melhoras na qualidade da educação.

TRABALHO INFANTIL

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), por um lado, a idade mínima para trabalhar é de 15 anos¹. Por outro, na Constituição Federal do Brasil de 1988, é de 16, embora esta aceite o trabalho com 14 anos, na situação de aprendiz.

O trabalho infantil vem sendo estudado por vários pesquisadores, como: Bezerra (2005), Kassouf (2005), (2007), Carvalho (2008), Dimenstein e Feitosa (2004) e Mazzotti (2002). Kassouf (2005) mostra que não há uma única definição de trabalho infantil e, na maioria dos estudos, esse conceito é definido como atividade realizada, por uma hora ou mais, durante a semana. Existem também pesquisas que incluem o trabalho doméstico no conceito de trabalho infantil.

Segundo Kassouf (2005), o trabalho infantil pode ser causado por pobreza; baixa escolaridade dos pais; local de residência (rural); e pertencimento a famílias com grande número de filhos mais novos do que o sujeito trabalhador, chefiadas por mulheres e com pais que foram trabalhadores na infância, dentre outras causas. Carvalho (2004), analisando o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI),

¹ www.oitbrasil.org.br/ipec/gloss.php

implantado no Brasil na década de 90, que “vem retirando meninos e meninas entre 7 e 15 anos das consideradas ‘piores formas’ desse trabalho”(p.50), aponta que esse programa promoveu avanço nas condições de nutrição e no desempenho escolar dos participantes. Para Dimenstein e Feitosa (2004, p 289), o “trabalho infantil está vinculado, em parte, aos processos de desigualdade existentes no país, ao crescimento da pobreza e às políticas pouco eficientes no enfrentamento da iniquidade social”. Mazzotti (2002) argumenta que “[é] muito provável, por exemplo, que trabalho infanto-juvenil e ‘fracasso escolar’ estejam relacionados não porque o primeiro seja causa do segundo e sim porque ambos são conseqüências dos mecanismos excludentes que perpetuam a pobreza.” (p.89). Cavalieri (2002) e Bezerra (2005) também apontam que o trabalho infantil gera efeitos negativos no rendimento escolar. Entretanto, a revisão de literatura sobre os efeitos do trabalho infantil, produzida por Kassouf (2005), mostra que ele pode favorecer o desenvolvimento das crianças. Em alguns casos, em especial nas crianças de baixa renda, pode ajudar em seu processo de escolarização, gerando renda para comprar, por exemplo: material escolar, comida, etc. Dimenstein e Feitosa (2004) também compartilham essa ideia: suas pesquisas sugerem que o trabalho infantil pode ser uma forma de afastar as crianças das ruas. Radmann (2010), por sua vez, mostra que o trabalho infantil não afetou o desempenho escolar nas crianças do Estudo Longitudinal dos Nascidos em Pelotas em 1982. Mazzotti (2002), igualmente, argumenta que nem todo trabalho infantil é “penoso, insalubre ou humilhante...” (p.96). Para Kassouf (2005), no entanto, prevalece a visão de que o trabalho infantil prejudica o desempenho educacional.

2 METODOLOGIA (MATERIAIS E MÉTODOS)

Os dados foram coletados por meio de questionários estruturados aplicados, em 2004-2005, às mães ou aos responsáveis pelas crianças e às próprias crianças, quando estas tinham entre 11 e 12 anos de idade, em suas residências. Foram encontradas 4.441 (83,7%) crianças. As perguntas às crianças referiam-se ao trabalho fora de casa ou em algum negócio da família; ao tipo de trabalho; à idade em que haviam começado a trabalhar; à remuneração; e à repetência escolar. Já as perguntas feitas às mães referiam-se aos bens materiais existentes na residência (dados destinados a calcular o índice de bens² da família). Os dados sobre o tipo de trabalho realizado pelas crianças foram agrupados em duas categorias³: 1) **Serviços diversos** – como, por exemplo, cuidador de carros ou de pessoas; manicure; marceneiro; artesão; catador/reciclador de lixo; e 2) **Comércio** – como, por exemplo, atendente em negócio da família ou de outros; vendedor de enfeites, doces, bijuterias, etc. As análises foram realizadas com o auxílio do programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) for Windows.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tabela 1, observa-se que 4,3% do total dos sujeitos encontrados no acompanhamento de 2004/5 trabalharam ou trabalhavam, sendo a maioria meninos (63%). Dos que trabalharam ou trabalhavam, a maioria (76,2%) tinha entre 7 e 10 anos, idade em que possivelmente frequentavam os primeiros anos do ensino fundamental. Apenas 76,7% eram remunerados. Observa-se uma tendência à

² Índice criado por Barros e Victora (2005), que leva em conta características das residências e do consumo das famílias.

³ Baseadas nas tabelas de Código da Natureza da Ocupação e Ocupação Principal, Receita Federa, disponível em: www.economia.uol.com.br/impostoderenda/2009/entenda-o-ir/tabela.

diminuição dos percentuais de crianças trabalhadoras à medida que aumenta o índice de bens⁴ da família. Quanto ao tipo de trabalho, nota-se que havia mais crianças atuando em serviços diversos (55%) do que no comércio (45%), embora a diferença não seja grande. Das que trabalharam ou trabalhavam, 52% repetiram o ano alguma vez.

Tabela 1: Características dos sujeitos do Estudo Longitudinal de 1993

VARIÁVEIS	CRIANÇAS TRABALHADORAS	
TRABALHA	193	(4,3% do total da coorte)
REMUNERAÇÃO	148	(76,7% das que trabalham)
IDADE EM QUE COMEÇOU A TRABALHAR	4 -6 anos	7 (3,6% das que trabalham)
	7 - 10 anos	147 (76,2 % das que trabalham)
	11 e 12 anos	39 (20,2 % das que trabalham)
TIPO DE TRABALHO		
Serviços diversos	106	(55 % das que trabalham)
Comércio	87	(45 % das que trabalham)
ÍNDICES DE BENS (quintis)		
1	150	(28,2% das que trabalham)
2	236	(20,3% das que trabalham)
3	338	(21,5% das que trabalham)
4	425	(14,1% das que trabalham)
5	526	(15,8% das que trabalham)
SEXO MASC	122	(63,2% das que trabalham)
REPETÊNCIA	101	(52,9% das que trabalham)

O cruzamento das variáveis repetência e trabalho infantil (análise bi-variada) mostrou que há uma associação altamente significativa ($p < 0,001$) entre essas duas variáveis. Dos que trabalham ou trabalharam, 52,9% repetiram o ano alguma vez; entre os que não o fizeram, 36,8% repetiram. Como se sabe que as variáveis sexo e índice de bens estão associadas às variáveis trabalho e repetência (DAMIANI, 2006), realizou-se um controle estatístico do efeito das duas primeiras, por meio de uma análise multivariada (regressão logística). Essa análise permitiu que se estimasse o efeito 'puro' do trabalho infantil sobre a repetência. O resultado mostrou que a razão de chances (*odds ratio*)⁵ de repetência dos que não trabalham ou trabalhavam é igual a 0,64, ou seja, esse grupo apresentava chance 36% menor de repetência do que o grupo dos que trabalham ou trabalhavam.

4 CONCLUSÃO

Os resultados desse estudo corroboram com os achados de Kassouf (2005) Cavalieri (2002) e Bezerra (2005), mostrando que o trabalho infantil prejudica o desempenho educacional. É interessante apontar que estes resultados foram contrários aos de Radman (2010), que mostrou que o trabalho infantil não afetou o desempenho dos participantes do Estudo Longitudinal dos Nascidos em 1982, referentes a um grupo populacional 11 anos mais jovem do que o estudado. Os dados desta pesquisa não são capazes de explicar as razões dessa discrepância.

⁴ O quintil 1 corresponde ao menor índice de bens e assim sucessivamente.

⁵ Esta é uma medida de efeito. Para variáveis categóricas, escolhe-se uma categoria como base (*odds ratio* = 1.00) e calculam-se os outros *odds ratios* em relação a ela (KIRKWOOD, 1988).

Para entendê-la são essenciais estudos qualitativos, capazes de explicar os processos nela implicados.

5 REFERÊNCIAS

ALVES MAZZOTTI, AJ. Repensando algumas questões sobre o trabalho infanto-juvenil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.19, p. 87-98, 2002. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27501908.pdf>>. Acesso em: 12/12/2010.

BARROS AJD, VICTORA CG. Indicador econômico para o Brasil baseado no censo demográfico de 2000. **Rev Saúde Pública**. v.30, n.4, p.523-9, 2005.

BEZERRA, M. 2005. **O Trabalho Infantil Afeta o Desempenho Escolar no Brasil?** Dissertação de Mestrado, Departamento de Economia da ESALQ, USP. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-09052006-161508/>> Acesso em: 6/12/2010

BOSSA, NA. **Fracasso Escolar: um olhar psicopedagógico**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARVALHO, IMM. Algumas lições do programa de erradicação do trabalho infantil. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 4, p. 50-61, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n4/a07v18n4.pdf> . Acesso em : 04/04/2010.

CARVALHO, IMM. O trabalho infantil no Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 551-569, set./dez. 2008.

CAVALIERI, CH. **O Impacto do trabalho Infantil sobre o Desempenho Escolar: uma avaliação para o Brasil metropolitano**. Fundação Getúlio Vargas, SP, 2002. Disponível em : <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4649>. Acesso em 22/06/2011.

DAMIANI, MF. Discurso pedagógico e fracasso escolar. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n.53, p.457-478, 2006.

DIMENSTEIN, M; FEITOSA, I. Escola, família e trabalho infantil: subjetividade e práticas disciplinares. **Interação em Psicologia**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 2, n. 8, p. 287 – 296, 2004.

KASSOUF, AL. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova Econ.**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p.1-28, 2007. Disponível em <www.scielo.br> Acesso em: 6/12/2010.

KASSOUF, AL. **Trabalho Infantil: causas e conseqüências**. 2005 Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/texto.pdf> . Acesso em: 6/12/2010.

KIRKWOOD, BR. *Essentials of Medical Statistics*. Oxford: Blackwell, 1988.

SCHWARTZMAN, S. **Trabalho Infantil no Brasil**. 2001. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=56> Acesso em: 6/12/2010.

MAZZOTTI-ALVES AJ. **Repensando algumas questões sobre o trabalho infanto-juvenil**. Universidade Estácio de Sá, Mestrado em Educação. Jan/Fev/Mar/Abr 2002 N° 19.

MEC/INEP. *Índice Desenvolvimento da Educação Básica*. Disponível em <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/> . Acesso em: 02/06/2011.

PATTO, MH de S. **A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T.A. Queiróz, 1990.

RADMANN, FTB. Trabalho infantil e escolarização: Dados do Estudo Longitudinal dos Nascidos em 1982, em Pelotas (Rs). **XIX Congresso de Iniciação Científica, II Mostra Científica**. UFPel, Pelotas, 2010, p. 1-4.

SOARES, M. **Linguagem e Escola uma Perspectiva Social**. 2. ed. São Paulo, 1986. Editora Ática.